

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades "Olavo Silva Souza" - Ame Itu - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU					
CNPJ : 66.518.267/0020-46					
Demonstrações Financeiras					
Balço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)			Demonstração do Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)		
Ativo	Notas	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2020
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.556.313,87	Fornecedores		414.236,36
Adiantamentos a Empregados	5	3.850,73	Obrigações Trabalhistas	10	169.396,41
Impostos Recuperáveis		783,67	Obrigações Sociais e Fiscais	11	94.644,35
Outros Créditos	6	1.198,00	Contas a Pagar		2.396,00
Estoques	7	83.476,86	Provisões para Férias e Encargos	12	267.196,67
Despesas Antecipadas		5.948,03	Provisões para Contingências	13	140.933,09
		1.651.571,16			1.088.802,88
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Imobilizado	8	110.331,52	Bens Públicos em nosso poder	14	114.291,52
Intangível	9	3.960,00			114.291,52
		114.291,52	Patrimônio Líquido		
Total do Ativo		1.765.862,68	Dotação Inicial	15	(135.703,56)
			Superávit do Exercício		698.471,84
					562.768,28
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.765.862,68
Demonstração do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)					
	Dotação Inicial	Superávit	Líquido		
Saldo em 01 de fevereiro de 2020					
Dotação Inicial	(135.703,56)	-	(135.703,56)		
Superávit do Exercício	-	698.471,84	698.471,84		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(135.703,56)	698.471,84	562.768,28		
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)					
<p>1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SPDOC nº 2416901/2019, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 50.691.794,05. Para o exercício de 2020, o montante repassado foi de R\$ 9.451.012,45. Para o exercício de 2021, através do Termo de Aditamento nº 01/2021, assinado em 30 de dezembro de 2020, o montante a ser repassado será de R\$ 9.253.404,51.</p> <p>2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:</p> <p>2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis "CPC 48/IFRS Instrumentos Financeiros" e "CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes" não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos: a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020. 3.b) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. Excepcionalmente para o exercício de 2020, em 01 de dezembro de 2020, foram considerados ajustes ao inventário físico o saldo de estoque transferido do antigo gestor para o CEJAM. 3.c) Imobilizado (quando aplicável): Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. 3.d) Intangível (quando aplicável): Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva</p>					
<p>indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.g) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.h) Receitas: As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.i) Despesas: As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.k) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>					
4. Caixa e Equivalentes de Caixa					
Bens Numerários					
Caixa		1.261,99			
Bancos - Aplicações Financeiras					
Banco do Brasil S.A.		1.555.051,88			
		1.556.313,87			
5. Adiantamentos a Empregados					
Adiantamentos de Férias		3.850,73			
		3.850,73			
6. Outros Créditos					
Aluguéis a Receber		1.198,00			
		1.198,00			
7. Estoques					
Medicamentos		4.332,78			
Material Médico Hospitalar		28.798,17			
Materiais de Expediente e Escritório		7.442,90			
Materiais de Manutenção		12.112,34			
Materiais de Informática		6.626,00			
Materiais de Limpeza		10.676,39			
Materiais de EPI		1.307,97			
Gêneros Alimentícios		2.956,84			
Utensílios para Copa		1.071,16			
Peças e Acessórios		192,11			
Uniformes e Rouparias		7.960,20			
		83.476,86			
8. Imobilizado					
Imobilizado de Gestão Pública					
Máquinas e Equipamentos	Taxa	2020			
Equipamentos de Uso Médico	10%	47.367,45			
Equipamentos de Informática	20%	359.236,57			
Móveis e Utensílios	10%	203.168,62			
Veículos	20%	391.684,68			
(-) Depreciação Acumulada		44.750,00			
		(935.875,80)			
		110.331,52			
Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Governo Estadual.					
9. Intangível					
Intangível de Gestão Pública					
Direitos de Uso de Sistemas	Taxa	2020			
(-) Amortização Acumulada	20%	92.413,37			
		(88.453,37)			
		3.960,00			
10. Obrigações Trabalhistas					
Salários a Pagar		169.396,41			
		169.396,41			
11. Obrigações Sociais e Fiscais					
INSS sobre Salários a Recolher		18.306,26			
FGTS a Recolher		25.029,93			
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher		82,80			
IRRF sobre Salários a Recolher		25.071,59			
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		4.687,72			
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		15.387,23			
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		4.863,16			
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		1.215,66			
		94.644,35			
12. Provisões para Férias e Encargos					
Provisão para Férias		247.418,35			
Provisão para FGTS sobre Férias		19.778,32			
		267.196,67			
13. Provisões para Contingências					
Provisões para Contingências Trabalhistas		140.933,09			
		140.933,09			
A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. 14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 114.291,52 em 2020, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 15. Dotação Inicial: Em 01 de fevereiro de 2020, foi registrado como dotação inicial o montante de R\$ 135.703,56, decorrentes de saldos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo esta importância					
16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.					
17. Receita com Contrato de Gestão					
Contrato de Gestão nº 2416901/2019					
Fevereiro		859.182,95			
Março		859.182,95			
Abril		859.182,95			
Mai		859.182,95			
Junho		859.182,95			
Julho		859.182,95			
Agosto		859.182,95			
Setembro		859.182,95			
Outubro		859.182,95			
Novembro		859.182,95			
Dezembro		859.182,95			
		9.451.012,45			
18. Receitas e Despesas Financeiras					
Rendimentos de Aplicações Financeiras		8.705,76			
Descontos Obtidos		13,38			
(-) Tarifas Bancárias		(3.974,70)			
(-) Impostos sobre Aplicações Financeiras		(1.878,96)			
(-) IOF		(511,91)			
		2.353,57			
19. Pessoal e Reflexos					
Ordenados		2.041.391,01			
13º Salários		216.185,73			
Férias (incluindo provisão anterior ao contrato de gestão)		479.451,67			
Indenizações e Avisos Prévios		29.822,72			
Benefícios		358.278,64			
Contribuições ao FGTS		254.083,17			
		3.379.212,94			
20. Serviços Terceirizados					
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas		3.727.593,13			
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas		1.073.622,76			
		4.801.215,89			
21. Medicamentos e Materiais de Consumo					
Medicamentos e Materiais de Uso Médico		164.547,63			
Materiais de Consumo		195.258,71			
Materiais de Conservação		29.915,89			
Outros Materiais e Insumos		27.578,47			
		417.300,70			
22. Despesas Gerais					
Telefone		83.551,42			
Internet		33.852,24			
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos		56.331,48			
Administrativas		2.824,41			
Amortizações e Depreciações		60.325,41			
Seguros		9.768,77			
		246.653,73			
23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.					
24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer <i>continua</i>					